

SIGNO SIGNO SIGNO SIGNO SIGNO SIGNO SIGNO SIGNO SIGNO**AS PROFUNDEZAS DA COMPREENSÃO: AS INTER-RELAÇÕES ENTRE
INTERPRETAÇÃO, COMPREENSÃO E SIGNIFICADO***Daiane Antunes Dias Löbler¹**Onici Claro Flôres²***RESUMO**

Ler e compreender são atividades cognitivas inter-relacionadas e sua relevância é tamanha para a vida social e acadêmica do indivíduo, que a hipótese de ler sem entender tem de ser considerada, de vez que, comprovadamente, há evidências da realização de práticas leitoras que não manifestam indícios de entendimento textual. Assim, aprofundar o conhecimento a respeito da relação fulcral entre ler e compreender é uma necessidade decorrente de sua dissociação em grande número de situações usuais. Há leitores – jovens e adultos – que aprendem a juntar as sílabas e a fazer a síntese da palavra, afanosamente, sem chegar a ler com fluência. O número de leitores que não consegue ultrapassar essa fase inicial da leitura – o decifrado – é tão grande, no Brasil, que se faz imprescindível discutir os fundamentos das relações entre leitura, compreensão, interpretação e significado linguístico para descobrir o que está, de fato, acontecendo. As perguntas que se seguem foram formuladas, em função da busca de explicação para os maus resultados, obtidos em testes de avaliação leitora – tanto nacionais quanto internacionais – por estudantes brasileiros: O que está faltando para que os estudantes possam ler de maneira eficiente? Compreender e interpretar são atividades cognitivas distintas? Qual a relação entre significado e compreensão? A compreensão relaciona-se de modo direto à apreensão do significado linguístico das palavras, ou não? Para compreender um texto, basta apreender a ideia principal sem saber o significado das palavras que nele constam? Para a maioria das pessoas, as respostas a tais perguntas não exigem muita reflexão. Alguém está falhando: a escola, os alunos, os professores, ou os pais. Para a ciência cognitiva, entretanto, a questão não é tão simples e exige cuidadosa reflexão. Este trabalho propõe-se, pois, a retomar os conceitos

de interpretação, compreensão e significado. Mais precisamente, a fim de analisar tais conceitos, faz-se uma retomada do trabalho de Marcelo Dascal, no livro *Interpretação e compreensão* (2006), cotejando e complementando suas ponderações com as de outros pesquisadores da área, na tentativa de redimensionar as bases investigativas da questão em foco.

Palavras-chave: Cognição. Leitura. Interpretação. Compreensão. Significado

INTRODUÇÃO

A compreensão da língua escrita é uma atividade complexa e onerosa do ponto de vista cognitivo, pois consiste em relacionar, concomitantemente, o que é lido a conhecimentos preexistentes. Para fazer tal síntese, o cérebro do leitor mobiliza os conhecimentos que já possui, relacionando-os ao processamento em realização, ou seja, fazendo a articulação paralela entre o sabido e o desconhecido, no decorrer da própria leitura. Essa não é, pois, uma atividade trivial até porque ler não é uma habilidade humana natural. Pelo contrário, é uma possibilidade comunicativa que se desenvolve com base em uma dada concepção de mundo, construída de modo cooperativo pelos integrantes das comunidades que se utilizam de algum dos vários sistemas de escrita existentes, dependendo o modo de entender o real e o texto, do recorte linguístico-cognitivo do leitor. Por exemplo, saber quais são as experiências anteriores e as crenças dos leitores, às vezes, faz-se indispensável para que se deslinde o *querer dizer*. Daí que, compreender o texto é mais do que realizar a leitura, isto é, a decodificação do código linguístico. Quem compreende precisa mostrar que entendeu e fazer uso do que foi compreendido de forma a modificar sua situação cognitiva inicial, ou ainda, de acordo com Flores (2007a, p.65), compreender não é acumular informações e, sim, “introduzir a nova informação na rede de conhecimentos já disponível, modificando o todo [mental], ao dar-lhe uma nova configuração”.

Segundo Flores (2007b), a criança não tem “a cabeça oca”, quando de sua iniciação leitora. Os anos de vida anteriores, vividos em meio a um dado grupo social, fornecem-lhe uma perspectiva a partir da qual analisa o mundo a seu redor. Isso lhe confere o sentimento de pertença, essencial para seu desenvolvimento e indispensável para a formação de sua identidade. Em tese, a base compreensiva de cada indivíduo é diferente e, por isso, as compreensões obtidas são inumeráveis. Em termos práticos, entretanto, existe também um conjunto de categorias intersubjetivas ou socioculturais, e é esse fundamento comum - o lastro grupal -, que permite a comunicação entre autores/ leitores cujas consciências e compreensões globais baseiam-se em experiências individuais, particulares.

INTERPRETAÇÃO E COMPREENSÃO

Na ótica de Dascal (2006), interpretação e compreensão são processos interconectados, de vez que o reconhecimento da compreensão implica a interpretação, não havendo como saber se alguém entendeu sem interpretar, ou seja, sem recorrer a um parâmetro anteriormente estabelecido; em suma, sem recorrer à teoria. Se o investigador utilizar o relato verbal produzido pelo sujeito investigado, sua interpretação focalizará parte da vida mental desse indivíduo. Caso considere somente as variáveis externas – tempo de resposta, idade, escolaridade -, a quantidade de interpretação, contrariamente ao esperado, tenderá a aumentar mais ainda. Por isso mesmo, não há como evitá-lo, a base teórica do investigador ancora todo o processo avaliativo da compreensão leitora.

Ainda de acordo com o autor (op. cit.), é necessário ter em mente que a capacidade demonstrada pelos candidatos nos testes de compreensão leitora não corresponde exatamente a uma parte de sua compreensão e sim a uma manifestação dela. Nesse prisma, a compreensão constituiria um tipo de disposição, distinta de suas manifestações. Porém, e Dascal o ressalta, muitos pesquisadores tendem a considerar, por exemplo, a capacidade de formular uma paráfrase como o próprio processo da compreensão e, não, como deveria ser, isto é, apenas uma manifestação externa dessa mesma compreensão.

Em geral, compreender um texto representa entender não só as palavras e as estruturas gramaticais que o constituem, mas também ter ciência dos conhecimentos, acontecimentos e ideias que o sustentam, embora não fazendo parte dele de modo explícito. Por isso mesmo, apesar da importância da inferência não existem graus de compreensão, relativamente, proporcionais à quantidade de inferências formuladas, pois elas não surgem apenas do objeto a ser compreendido e, sim, do objeto a ser compreendido mais a sua relação com outras premissas. Se nenhuma limitação for imposta, pode-se obter qualquer número de inferências de qualquer objeto de compreensão e a possibilidade de medir o grau de compreensão por meio do número de inferências, nesse caso, torna-se inviável. Além disso, mesmo que se considerem apenas as inferências baseadas em premissas de alguma forma admissíveis, o mero aumento em seu número pode ter um efeito mais negativo do que positivo na compreensão, por causa do aumento da complexidade. Some-se a isso o fato de ser difícil discernir o que é inferencial do que não é.

De outra parte, os termos compreender e decifrar não podem ser equiparados, uma vez que decifrar é descobrir um código. Além do mais, segundo o afirma Dascal, as regras da compreensão não tendem a ser algorítmicas e, sim, heurísticas. No livro aqui comentado, Dascal discute extensamente a relação entre compreensão e significado, afirmando que ambos são conceitos distintos, apesar de interligados. Sem dúvida, para que se chegue à compreensão de um texto, diz ele, é possível e necessário saber o significado dos termos nele empregados, porém acreditar que somente com o significado das palavras a compreensão será obtida é ilusório.

Por outro lado, a compreensão da língua é um tipo especial de compreensão, ressalta Dascal. De acordo com ele, se as formulações a respeito do que seja compreensão linguística fossem menos amplas e genéricas, talvez se tornasse mais viável discutir a questão, de modo mais produtivo. A proposição de uma meta mais específica como “compreender uma expressão” poderia delimitar melhor o problema, já que, quando o objeto a ser compreendido é uma expressão linguística, conhecer o significado é compreender.

A ressalva do autor merece destaque especial, ao se considerar as evidências provindas da Linguística de Corpus. Tom Cobb (2007), por exemplo,

assegura que a época da adivinhação ficou para trás. Ou seja, não basta ler o texto, entendendo em linhas gerais do que ele trata. De acordo com Cobb, a tendência agora é valorizar o conhecimento detalhado da maioria das palavras do texto para poder entendê-lo, devidamente. Ou seja, o desconhecimento do vocabulário pode dificultar a compreensão de modo mais decisivo do que se concebia até pouco tempo atrás.

Langacker (), em seus Fundamentos da Gramática Cognitiva, comenta, ainda, que destacar o vocabulário, não significa dizer que a gramática não tenha importância para a língua ou para o seu ensino, mas sim que é importante dar-se conta de que a gramática apenas guia ou orienta a significação, não sendo um fim em si mesmo. Mais ainda, Nation (2003) acrescenta que o termo vocabulário não se refere apenas a palavras isoladas, mas também a termos compostos ou 'multipalavras'. Em suma, ao que parece a visão do léxico como totalmente livre e da gramática como formada por regras sintagmáticas, inatas, universais, deixou de ser a visão de língua mais aceita. Hoje, a distinção entre léxico e gramática está sendo retomada em outros termos e com outros recursos metodológicos.

Na ótica de Dascal, para fazer com que uma teoria do significado se tornasse uma possível teoria da compreensão, o primeiro passo seria abandonar a tese de equiparação (teoria da compreensão = teoria do significado), substituindo-a pela proposição de uma teoria que considerasse o significado como parte de uma teoria da compreensão, ou, então, como uma teoria a parte que contribuísse direta e adequadamente para sua obtenção. O que, por sua vez, implica dizer que a teoria do significado relaciona-se às demais teorias que buscam explicar o que seja compreensão.

Para o autor, as teorias relevantes para o embasamento da construção da teoria da compreensão têm de fornecer além de uma explicação filosófica, uma teoria psicológica ampla, completa, das capacidades cognitivas humanas. Dascal, portanto, destaca a importância das estratégias necessárias para chegar à compreensão, quase todas elas envolvendo uma ou mais estruturas cognitivas. Para ele, se uma teoria do significado viesse a se tornar uma teoria da compreensão, no sentido de ser uma teoria capaz de contribuir para uma explicação global da compreensão, então o próprio significado deveria ser

interpretado como uma dessas estruturas, ou como estando a elas vinculado, estreitamente.

O PAPEL DO SIGNIFICADO NA INTERPRETAÇÃO E COMPREENSÃO LEITORA

Quanto ao significado, vale dizer que Dascal enfatiza seu status epistemológico especial, pois, em sua ótica, desempenha um importante papel na compreensão. De acordo com o autor, os significados podem ser vistos como pistas estratégicas que dão início ao processo de busca por informações contextuais que levem à compreensão. Entretanto, dizer que ao desvendar o significado dos vocábulos se está compreendendo totalmente o texto é algo impossível de aceitar sem restrições. Pode-se, contudo, afirmar que a compreensão do texto escrito requer o conhecimento do significado dos termos que o constituem, caso se tenha consciência de que o processo de compreensão vai além do significado do vocabulário, das palavras.

Dascal apresenta, ademais, uma proposta de subdivisão da compreensão em duas modalidades complementares: *compreender* e *captar*, pois em sua ótica o compreender é sempre pragmático, já que invariavelmente analisa a intencionalidade. Trata-se de apreender a intenção do autor, ao utilizar determinadas palavras em determinado contexto. Para o teórico em questão, toda a atividade comunicativa exige interpretação e para viabilizá-la, os autores dos textos se expressam direta, ou indiretamente. Caso opte por se expressar de forma direta, o autor estará identificando o significado das palavras com o significado da elocução, pautando-se pelas regras semântico-pragmáticas da linguagem. Se optar pela forma de expressão indireta, o significado das palavras não será idêntico ao significado da elocução, o que exigirá “caçar” o significado.

Assim, a interpretação pragmática demanda uma análise das pistas contextuais, para que o leitor descubra o significado pretendido pelo autor e, para consegui-lo, tem de se apoiar no significado da elocução como ponto de partida

da interpretação, uma vez que o que é transmitido permanece mais implícito do que explícito. Quem interpreta um texto precisa descobrir o significado implícito, isto é, os subentendidos, os pressupostos, as analogias, as implicaturas, as ironias e, além disso, conferir se o significado descoberto pode ser realmente considerado como uma interpretação válida do significado do autor. Não se trata apenas de compreender as palavras dispostas no texto, mas também de apreender o sentido que elas adquirem em determinado contexto de elocução, somando-se a isso a reflexão do leitor a respeito do que o autor quis dizer, ao expressar-se da forma como o fez.

Além do mais, no decorrer da leitura, o leitor precisa considerar a questão semântica, recorrendo aos modelos cognitivos globais - os frames, os esquemas e as cenas, por exemplo -, como também à teoria dos atos da fala e aos recursos retóricos utilizados. Vale, entretanto acrescentar que, em que pese a importância do contexto, o significado básico das palavras não é descartável, porque fornece as condições iniciais para a interpretação. Ao ler um texto, o leitor manipula o contexto e o contexto a fim de chegar à compreensão do que foi lido. Nessa tarefa, o significado básico ou literal é o ponto de partida, ainda que a presença de determinadas expressões linguísticas em diferentes textos não queira dizer o mesmo em todos eles.

Prosseguindo sua explanação, Dascal afirma que captar é a habilidade do leitor de se colocar no lugar do autor, detectando problemas de interpretação, incompatibilidades, necessidade de preencher lacunas informativas, vazios textuais. Quando uma informação não fica clara, o leitor pode recorrer ao que Dascal chama de *cues* (dicas), fazendo-se perguntas que o orientem sobre as intenções do autor. Porém, ressalta ele, é a participação na cultura que permite que o significado se torne conhecido. Na verdade, o meio cultural a que o indivíduo pertence é constituído através da junção de significados e conceitos, por isso a compreensão “depende da possibilidade do locutor [autor] e ouvinte [leitor] compartilharem um conjunto de convenções para comunicar diferentes tipos de significados” (SEARLE, 1997, p.59). Isso porque, o ser humano faz ligações entre acontecimentos não relacionados para lhes atribuir significação, interpretando cada movimento ou ausência de movimento de seus companheiros como significativos. E, mesmo assim, o significado não é algo fácil de ser reconhecido.

Dascal discute, em seguida, os dois modelos de significado mais difundidos: o *criptográfico* e o *hermenêutico*. No primeiro – o criptográfico –, o significado está lá, presente de maneira objetiva, como se estivesse por trás da superfície de um sinal. O intérprete precisa “escavar” para descobrir o significado subjacente. A sua atividade é de descoberta, pois o significado é um conjunto de dados a ser inferido a partir de outros dados (sinais). No segundo modelo – o hermenêutico –, o significado não está lá, mas aqui; é o intérprete que confere significado ao sinal, relacionando-se com ele enquanto intérprete. Nesse caso, a atividade do leitor é de criação, já que o significado é uma construção a ser feita por meio do processo interpretativo, acionado pela presença do sinal, mas não limitado a ele, pois vai além de estar dentro ou por trás dele.

No modelo criptográfico, ou se descobre o significado ou não. O sinal é um código. Se não se sabe o código, é preciso desvendá-lo para descobrir o significado, sendo a semântica o centro do processo interpretativo. No modelo hermenêutico, não existe fato definido por meio do qual os resultados do processo de interpretação devam ser julgados. Cada intérprete irá construir de maneira diferente o significado do mesmo sinal. A ênfase está na contribuição do intérprete ao processo, de vez que o significado depende da bagagem trazida pelo leitor.

De acordo com Dascal, os dois modelos comentados negligenciam ou reduzem o papel do produtor do signo. Ao enfatizar o papel do signo ou o do intérprete, cada um dos modelos deixa passar ao largo o fato de que, na comunicação, os signos são produzidos em atos comunicativos, realizados por agentes motivados por determinadas intenções comunicativas. No modelo criptográfico, esse fato só é tomado em consideração para determinar que código deva ser usado para decifrar o signo. Já, no hermenêutico, como o significado não está lá, não faz sentido supor que tenha sido lá colocado pelo seu produtor.

O terceiro modelo apresentado pelo autor é o modelo pragmático, que procura corrigir a negligência votada ao produtor do signo, evidente nos outros dois modelos. Neste modelo, o significado comunicativo não é nem um dado independente, nem pura construção do intérprete. Ele é produzido por um agente, o produtor do signo. E produzir um signo significativo é uma ação comunicativa motivada por uma intenção. Como o objetivo comunicativo do sujeito que proferiu

a elocução é transmitir o significado do falante ao seu destinatário, a tarefa comunicativa do destinatário, na medida em que está participando efetivamente da interação comunicativa, é identificar esse significado.

O modelo pragmático compartilha com o modelo criptográfico a suposição de que existem significados objetivos associados aos signos devido às regras semânticas que evoluíram ao longo do desenvolvimento da linguagem, porém, enquanto o criptográfico se contenta apenas com a decodificação, o pragmático insiste que a interpretação jamais consiste na mera decodificação semântica. Com sua insistência na necessidade de tomar em consideração tanto o significado semântico quanto as intenções do falante, o modelo pragmático complica a tarefa do “caçador de significados”. Nesse caso, o intérprete passa a ter de encarar a tarefa de solucionar duas questões complexas, pois o comportamento humano e o comportamento comunicativo têm causas profundas e arraigadas das quais os agentes muitas vezes não têm consciência. Uma compreensão verdadeira deveria descobrir essas causas, sob pena de se tornar pseudo-interpretação.

Segundo Dascal, os tipos de causa profunda podem ser classificados em Infra-individuais – desejos reprimidos, dotes genéticos, disfunções cognitivas, problemas de ordem emocional etc. e Supra-individuais – interesses de classe, lutas pelo poder, mudanças ambientais etc. O significado, nesses casos, é visto como produto de uma interação entre as forças subjacentes que determinam a atividade humana. Nos modelos de estrutura profunda, as intenções e as razões são vistas como entidades derivadas, pois fingir que as intenções e as razões são as verdadeiras bases das ações e, portanto, fontes de significado, é camuflar seus fundamentos e origens reais. Assim sendo, a única interpretação possível, nesses casos, deve ensejar o acesso a essas camadas de camuflagem para encontrar base sólida, no nível de estrutura profunda.

Em vista disso, os diferentes modelos discutidos deveriam ser considerados complementares, dedicando-se cada um às diferentes regiões do vasto território da significação. Mas, isso só será possível, diz Dascal, se nenhum dos modelos for vítima de suas próprias tendências expansionistas que costumam buscar a hegemonia, desqualificando ou negando as demais posições, propondo-se, cada qual, como modelo único.

LER E INFERIR

Como já comentado, o ato de ler vincula-se de modo direto à produção de inferências, pois é indispensável “(...) inferir, quando se quer produzir significações, ou seja, toda significação está ligada a processos inferenciais” (MARCUSCHI, 2008 p. 88). Por isso mesmo, qualquer estudo sobre leitura faz menção ao processo inferencial, definindo-o de várias maneiras, mais ou menos semelhantes. As diferenças existentes dizem respeito às várias concepções do que seja inferência. Contudo, o processo, segundo os múltiplos conceitos existentes, sempre diz respeito à produção de novos conhecimentos a partir de algo lido, e não à outra operação cognitiva qualquer.

Coscarelli (1996, p.167), dentre outros pesquisadores da área, aposta na importância inquestionável dos processos inferenciais e afirma que eles “são a alma da leitura”, assegurando, além disso, que o leitor que não faz inferências, de fato, não lê.

Na verdade, há na literatura dois modos alternativos de conceber o que seja inferência. Ambos manifestam tendência a priorizar um dos dois polos do contínuo individual/social; interno/externo; cognição(ciência)/cultura. São eles:

- a) o que enfatiza o aspecto racional do processo, tido como interno ao indivíduo que o realiza, sendo, pois, um tipo de operação lógica - em sentido estrito - desconectado das condições de produção de quem fez a inferência;
- b) o que aponta para a natureza discursiva do processo, visto como uma operação explicativa, envolvendo outras variáveis além da lógica matemática. O modo de produção de inferências, segundo essa concepção, traduz uma espécie de negociação, em que raciocínio e experiência sociocultural se mesclam, expressando o modo de ver e sentir do seu produtor, sua visão de mundo, seus valores, seu horizonte de expectativas.

A primeira possibilidade tem mais história e tradição, tendo Frege (1978), Tarsky (1944), Fodor (1983) e Chomsky (1988) seus lugares dentre os teóricos de linha mais formalista. Contudo, a expansão do número de seguidores da segunda alternativa está aumentando muito, embasando-se em pesquisas realizadas por

teóricos como: Austin (1962), Searle (1969), Lakoff (1971, 1987), Fauconnier (1994) e Fauconnier e Turner (2003), entre outros.

Resta o alerta à improdutividade de reduzir a inferência, enquanto atividade humana de expressão de conhecimento, a seu aspecto estritamente lógico-matemático, como se houvesse apenas uma lógica – a formal – e como se o cérebro da pessoa não tivesse nada a ver com o que essa pessoa é, com o que faz, onde o faz, em que acredita e assim por diante. Mais ainda, não é mais possível asseverar sem maiores explicações que a inferência é uma manifestação do que está oculto, isto é, um ato de raciocínio puro que se dá dentro do cérebro do indivíduo, independentemente, de tudo que ocorre a seu redor; um tipo de operação mental asséptica, flutuando no vazio, acima das contingências humanas. É imprescindível, no momento, discutir em outras bases o que é, na verdade, a inferência, pois, para defender o ponto de vista formal, o investigador teria antes de refutar a ideia de que ela é mais do que isso, com estudos que o comprovassem em relação à linguagem natural, por exemplo, através de um experimento.

Assim, como todo texto é lacunar, entre o que está escrito e o que não está, existem espaços de negociação de sentido a serem considerados, pois é neles que o leitor busca se situar. Nesses interstícios o que não está dito, vincula-se ao que, de fato, foi dito, fazendo emergir um mundo de possibilidades interpretativas. Teoricamente, as noções que encampam o não-dizer são conhecidas como pressupostos e subentendidos. Uns e outros aparecem no texto e, para ler a contento, faz-se necessário descobrir os implícitos, o que é feito através da apreensão dos pressupostos e subentendidos, que precisam vir à tona. Por isso um texto diz coisas que parece não estar dizendo, tendo em vista que seu autor não registra por escrito tudo que pretende dizer, deixando mais ou menos veladas as suas reais intenções. Para realizar essa façanha, ele lança mão dos recursos expressivos da língua que são selecionados e arranjados minuciosamente de modo a fazer com que os leitores os detectem sem que estejam ali, dada a sua não explicitação.

De sua parte, os subentendidos não são declarações e por isso não aparecem registrados, não deixando rastros explícitos de sua inclusão nos enunciados. Na verdade, são insinuações e, por isso, precisam ser

desentranhados do texto para ficarem explícitos, uma vez que, apesar de não serem expressos através de marcas linguísticas detectáveis, efetivamente, estão presentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora se diga e repita o que já foi dito e repetido inúmeras vezes antes, em outros textos, de outros autores, de diferentes correntes teóricas, ninguém é senhor absoluto de suas palavras e nem tem controle total sobre o que faz, mais uma vez se reitera a assertiva. É isso aí. Não há o que retorquir. Porém, de imediato, acrescenta-se uma ressalva. Esse alguém ainda é responsável por suas ações e pelos termos que seleciona para dizer ao leitor o que tem em mente, porque ao assumir seu dizer pretende alguma coisa, tem uma intenção.

Como o assevera Dascal, todos os modelos teóricos sobre significado têm alguma utilidade em dadas circunstâncias e para determinados fins. É preciso, pois, delimitar o terreno da investigação. Se a pesquisa envolver a compreensão do significado linguístico, há que se considerar tanto a apreensão da ideia principal do texto como o conhecimento do vocabulário. No momento, parece que a falta de vocabulário está causando bastante dificuldade aos leitores mais jovens. Em vista disso, o trabalho do professor precisa envolver as duas pontas do processo de leitura – o todo (texto completo) e as partes (vocabulário, palavras-chave). Dascal antevê uma dificuldade: as tentativas de uniformização. No modelo teórico que propõe, ele equilibra os papéis de texto, leitor e autor, não descurando de nenhum dos polos do processo comunicativo. O leitor é considerado ativo, um “caçador de significado”. Sua via de acesso ao que o outro (o autor) quis dizer é o texto, que na certa diz algo, devendo, pois, ser tido em conta. Porém, se o texto tem um papel importante, de vez que sem ele a relação interativa não teria como se estabelecer, o papel do autor também exige consideração, já que as marcas de sua ação de linguagem precisam ser consideradas no momento da leitura. Ele busca algo quando produz o texto e disso dá pistas e sugestões, deixando ao leitor a tarefa de desvendá-las, ao longo da leitura. Assim, texto, autor e leitor – e sua interação - precisam ser

considerados, ao se discutir e problematizar o que seja leitura, enquanto processo comunicativo, não sendo transformados em ausências, apagados por uma visão teórica parcial, reducionista.

Por outro lado, as várias teorias sobre leitura costumam focalizar seu interesse ou na interpretação, ou na compreensão ou no significado, separadamente, devendo tais teorias se inter-relacionarem mais estreita e cooperativamente para que se possa discutir, por exemplo, os resultados obtidos pelos estudantes nas avaliações leitoras feitas. A dissociação e a falta de entendimento do conjunto de fatores importantes para a leitura precisam ser reconsideradas e analisadas, em minuciosa, para dar conta dos problemas emergentes a partir das situações de utilização efetiva da leitura para fins práticos.

THE DEPTHS OF COMPREHENSION: THE INTER-RELATIONS BETWEEN INTERPRETATION, MEANING AND UNDERSTANDING

ABSTRACT

Reading and understanding are interdependent cognitive tasks extremely important for the academic and social life of the individual, and can't be ignored by the research. So, the importance of scrutinizing this basic connection originates from its dissociation in a large number of common situations. There are readers – young people or adults – who learn to put syllables together and make a synthesis of the word, laboriously, without being able to read with fluency. The number of readers who don't overcome this initial phase of reading – the decoded - is so high, in Brazil, that it is necessary to discuss the basis of the relationships between reading, understanding, interpreting, and linguistic meaning in order to find out what is going on, since the questions that follow rely exactly on bad results of local and international reading tests obtained by Brazilian students: what is missing to enable students to read in an efficient way? For understanding, is it necessary to know the meaning of all the words used in the text? Understanding and interpreting are identical cognitive activities? Comprehension and meaning are related terms? For most people, the answers to those questions don't require

much thinking. Someone is failing: the school, the students, the teachers, the parents. For the cognitive science, however, the issue is not so simple and requires a careful consideration. Thus, this work intends to ponder about the ideas of some scholars who theorize about interpretation, comprehension and meaning. More precisely, in order to analyze such concepts, we will accomplish a review of the work of Marcelo Dascal, in the book *Interpretation and understanding* (2006), comparing and complementing his ponderings with those of other researchers of the area.

Keywords: Cognition. Reading. Interpretation. Comprehension. Meaning

NOTAS

- ¹ Aluna do Mestrado em Letras – Leitura e Cognição – da universidade de Santa Cruz do Sul/RS.
- ² Professora da disciplina Teorias Cognitivas do Texto – Mestrado em Letras – Leitura e Cognição – Universidade de Santa Cruz do Sul/RS.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press, 1962.

CHOMSKY, N. *Language and problems of knowledge*. Cambridge: MIT Press, 1988.

COBB, T. Computing the vocabulary demands of L2 reading. *Language & Technology*. V. 11, n.3, p. 38-63.

COSCARELLI, C. V. O ensino de leitura: uma perspectiva psicolingüística. Boletim da Associação Brasileira de Linguística. Maceió: Imprensa Universitária, dez 1996. p.163-174.

COSCARELLI, C. V. *Inferência: afinal o que é isso?* Belo Horizonte: FALE/UFMG. 2003. Disponível em: Acesso em: 12 mai 2009.

DASCAL, M. *Interpretação e compreensão*. Tradução de Márcia Heloisa Lima da Rocha. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2006, p.729.

FAUCONNIER, G. *Mental Spaces: aspects of meaning construction in natural language*. Cambridge: Mass.: MIT Press, 1994.

FAUCONNIER, G.; TURNER, M. *The way we think: conceptual blending and the mind's hidden complexities*. New York: Basic Books, 2003.

FLORES, O. C. Dualismo e leitura. *Revista Moara*. n. 28, p.58-73. Jul./dez. 2007 a.

_____. Como avaliar a compreensão leitora. *Revista Signo*. V.32, n.53, p. Dez. 2007 b. p. 54-65.

FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. In: *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978.

FODOR, J. A. *The Modularity of mind*. Cambridge, MA: MIT Press, 1983.

LANGACKER, R. Cognitive Grammar and Language Instruction. In: ROBINSON, P.; ELLIS, N. *Handbook of Cognitive Linguistics and Second Language Acquisition*. New York: Routledge, 2008.

LAKOFF, G. On generative Semantics. In: STEINBERG; JAKOBOVITS (Ed.). *Semantics: an interdisciplinary reader*. New York: Cambridge University Press, 1971.

_____. *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Cortez, 2008.

NATION, P. *Practical English Language Teaching*. New York: McGraw Hill, 2003.

SEARLE, J. R. *Speech Acts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

_____. *A redescoberta da mente*. Trad. Eduardo P. e Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

TARSKY, A. The semantic conception of truth. *Philosophy and Phenomenological Research*, n.4. Oxford: Oxford University Press, 1944.